

Perspectivas econômicas para a Indústria da Construção

Deflação em agosto leva a revisão da inflação para o ano

A magnitude das transferências de renda durante a pandemia

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Perspectivas econômicas para a Indústria da Construção

O destaque nos números do PIB do Brasil no segundo trimestre de 2022 foi o desempenho da Indústria de Construção, o qual cresceu 9,9% frente ao mesmo trimestre do ano anterior, culminando na sexta alta consecutiva do setor na comparação interanual e atingido patamar de 12,5% acima do pré-pandemia.

O bom desempenho da Construção no trimestre é corroborado pelos números do mercado de trabalho. Entre abr/22 e jun/22 foram criadas 89,8 mil novas vagas formais de emprego no setor de Construção no Brasil, representando crescimento de 30,8% frente aos mesmos meses do ano anterior quando foram gerados 68,6 mil novos postos de trabalho.

Contudo, alguns indicadores já demonstram sinais de que a produção do setor pode entrar num período de arrefecimento. O primeiro deles é o quantitativo de unidades residenciais lançadas: segundo dados da CBIC, ocorreu uma queda de 15,4% no 2º trim/2022 no número de unidade lançadas (-11.655 residências), na comparação com o mesmo trimestre do ano passado. Se observarmos os dados no acumulado do ano (até jun/2022), foram lançadas 7.914 unidades a menos do que no mesmo período de 2021. Na região Sul esses números são ainda mais críticos, na variação interanual (2º trim/2022 x 2º trim/2021) a queda foi de 23,8%, enquanto no acumulado do ano até jun/22 a retração foi de 15,8%.

Os números do financiamento imobiliário também

são indicativo de uma tendência de queda. O montante de financiamento habitacional com recursos da poupança chegou a R\$ 206,0 mi no acumulado em 12 meses até julho/22, valor 7,5% menor do que no mesmo período do ano passado (em termos reais). A atual retração reflete, em grande parte, o alto nível da taxa Selic. A expectativa da Abecip é que a concessão de crédito via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo reduza em 12% em 2022, em relação ao ano passado.

Somado a tudo isso, a produção industrial de insumos típicos para a Construção, um importante indicador antecedente, completou, em agosto, 11 meses de retração na comparação com o mesmo mês do ano anterior, algo visto somente durante a crise de 2015. No acumulado em 12 meses até julho, a redução foi de 7,5% frente aos 12 meses anteriores.

De modo geral, a Construção deve desaquecer nos próximos períodos, pelo menos até a metade do ano que vem, quando a taxa Selic começar a ceder e os custos da Construção se tornarem menores. Atualmente, o INCC acumula alta de 11,4% em 12 meses até ago/22, no entanto deve desacelerar, em virtude da queda nos preços das *commodities* e desaceleração do setor imobiliário na China. Por fim, a notícia positiva é que não vemos uma crise, mas um arrefecimento. Os dados de renda e emprego, bem como a queda na Selic, devem impulsionar uma retomada no 2º sem. de 2023.

Deflação em agosto leva a revisão da inflação para o ano

O IPCA de agosto foi de -0,36%, configurando o quarto evento da série histórica em que se registra deflação nesse mês em específico (os últimos foram em 1997, 1998 e 2018). Em 12 meses, a taxa acumulada alcançou 8,7%, ante os 10,1% do mês anterior. Com relação ao INPC, o índice registrou queda mensal de 0,31% e acumula alta de 8,8% em 12 meses.

O mês também foi marcado pela elevação do índice de difusão, que passou de 62,9% em jul/22 para 65,3% em ago/22, após 3 meses de queda. No entanto, abaixo dos níveis do primeiro semestre e bem longe do pico do ano atingido em abr/22 (78,3%).

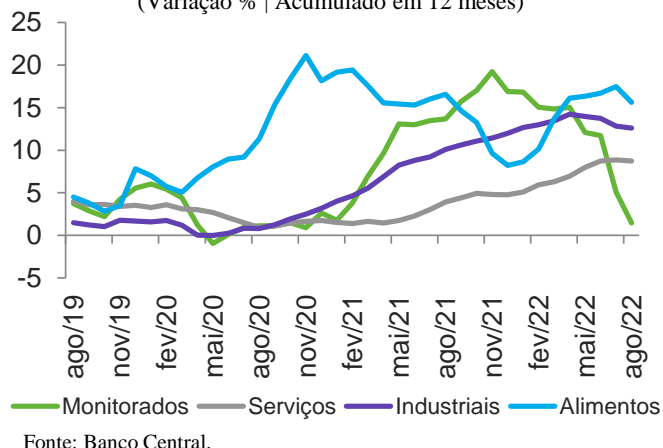
Dentre os componentes do IPCA, o destaque do mês foi a surpresa sobre os preços industriais, que voltaram a acelerar (0,82%) após deflação em julho, sugerindo que o processo de desinflação no segundo semestre deve ocorrer de forma mais lenta do que a esperada. Com relação aos bens monitorados, pelo segundo mês seguindo é observado deflação, ainda em decorrência da redução de impostos sobre energia, combustíveis e nesse mês, em específicos, sobre itens de comunicação (-1,1%). Alimentação no domicílio também mostrou desaceleração, variando próximo de zero (0,01%), principalmente pelo arrefecimento do leite e derivados

(0,44%, frente aos 14,1% do mês anterior) e deflação das carnes (-0,53%). Do lado dos serviços, os preços ainda continuam pressionados, muito pelo aquecimento do mercado de trabalho.

Com essa última leitura, revisamos nossa projeção de inflação de alguns meses à frente: -0,10% em setembro, 0,46% em outubro, 0,51% em novembro e 0,72% em dezembro. Dessa forma, **esperamos que o IPCA chegue a 6,1% e o INPC a 6,3% no final de 2022.**

IPCA e seus componentes

(Variação % | Acumulado em 12 meses)



A magnitude das transferências de renda durante a pandemia

Renda do trabalho em alta, expansão dos auxílios permanentes e criação de benefícios temporários fazem a renda real disponível crescer em 2022. Para 2023, expectativa é de nova elevação.

Ao longo de 2022, o mercado de trabalho está apresentando resultados melhores que o esperado no final de 2021. Em função disso, recentemente atualizamos as projeções para a geração de empregos e taxa de desemprego do [Brasil](#) e do [Rio Grande do Sul](#). Com números melhores de emprego, a renda do trabalho também começou a reagir, conforme abordamos neste espaço há duas semanas ([link aqui](#)). O presente texto pretende explorar o papel das transferências do governo federal no suporte à renda das famílias durante a pandemia e as perspectivas para o próximo ano.

Em 2020, a renda do trabalho caiu muito e o governo federal lançou dois grandes programas: o Auxílio Emergencial, com foco nos desempregados e informais, e o Benefício Emergencial, para trabalhadores formais que tiveram redução de jornada e salário e/ou suspensão de contrato de trabalho. Como resultado, mesmo com a enorme perda de renda do trabalho, ao se somar as transferências do governo, a massa de renda ampliada da população (renda do trabalho + auxílios) cresceu 4,9% em relação a 2019, o equivalente a um montante de R\$ 159 bilhões a mais.

Em 2021, por conta da estagnação da massa de renda real do trabalho, muito impactada pela inflação elevada e pela geração de empregos com predomínio do mercado informal, o governo federal lançou mais uma rodada dos auxílios de 2020. Por óbvio, dado o tamanho das transferências do ano anterior (R\$ 389 bi, a preços de hoje), os auxílios de 2021 não evitaram que a massa de renda ampliada caísse em relação a 2020 (-R\$ 344 bilhões, -10,2%), mas amenizam as perdas.

Ainda no final de 2021, com o encerramento da segunda rodada do Auxílio Emergencial, o governo

federal fez a substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, ampliando significativamente o número de beneficiários – nos meses seguintes, mais de 4 milhões de famílias começaram a receber – e o valor médio passou de R\$ 190 para no mínimo R\$ 400.

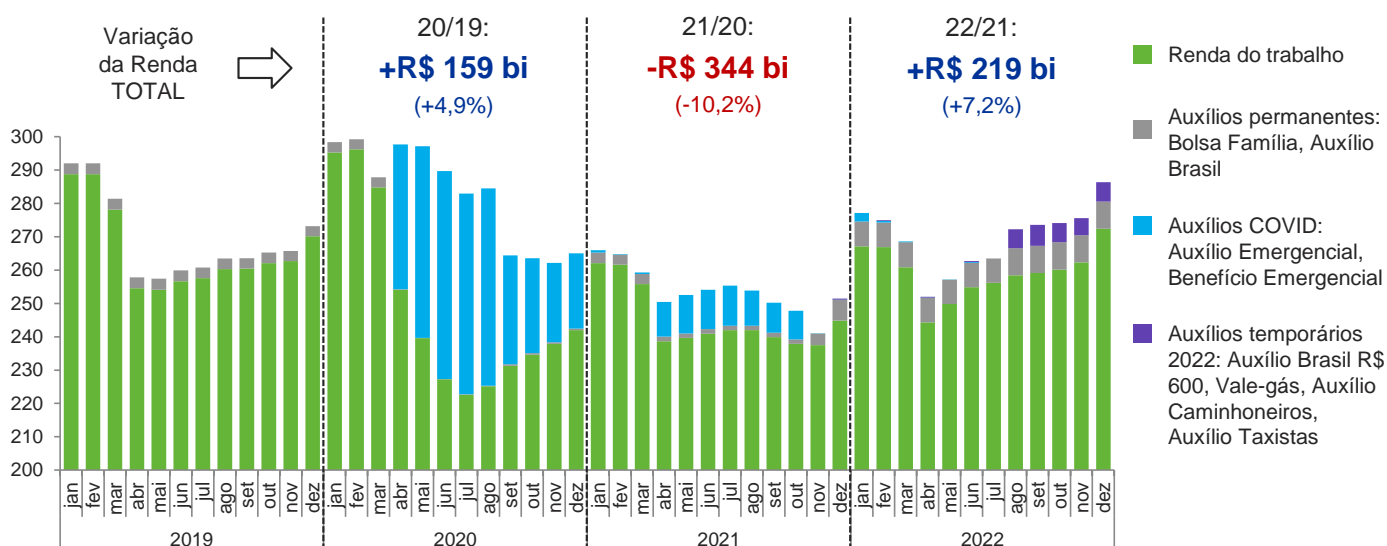
Interessante observar a diferença de magnitude do Auxílio Brasil em 2022 (R\$ 92,4 bilhões/ano) com o Bolsa Família em 2019 (R\$ 38,2 bilhões/ano), conforme pode ser visto nas barras em cinza no gráfico. Cabe lembrar que em 2020 e 2021 poucas pessoas receberam o Bolsa Família, pois era mais vantajoso receber o Auxílio Emergencial.

A partir de agosto de 2022, com a aprovação da PEC dos Benefícios Sociais, as transferências de renda foram expandidas com a criação dos auxílios caminhoneiro e taxista, aumento do vale-gás, bem como pela elevação do Auxílio Brasil para R\$ 600. Levando em conta o aumento dos auxílios, assim como a recuperação da renda do trabalho, a massa de renda ampliada deve apresentar uma elevação real de 7,2% em 2022 na comparação com 2021, o equivalente a um montante de R\$ 219 bilhões a mais na economia. O forte aumento da renda disponível é um dos motivos para as frequentes revisões para cima para o crescimento do PIB em 2022.

Porém, por um lado, é preciso lembrar que uma parte importante dos benefícios se encerra no final do ano, os quais somados chegam a cerca de R\$ 30 bilhões. Por outro lado, a melhora recente da renda real do trabalho, onde a geração de empregos formais tem ganhado força, tende a fazer a renda da população seguir em patamares elevados. Portanto, mesmo com a retirada de uma parte dos auxílios, acreditamos que a renda real deve crescer em 2023, mas em menor intensidade.

Massa de renda ampliada: renda do trabalho + auxílios – Brasil

(Em R\$ bilhões – Deflacionados IPCA ago/22)



DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,2	1,3
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	4,5	1,0
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,7	3,6
Total	1,8	1,2	-3,9	4,6	2,8
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,679	9,536
Em US\$ ²	1,916	1,873	1,448	1,609	1,847
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	10,4
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	6,3
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	6,1
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	1,1	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,3	1,9
Indústria Total³	1,0	-1,1	-4,5	3,9	1,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	2,2	13,0	36,5	146,1	61,0
Indústria	23,9	97,2	148,7	721,2	478,9
Indústria de Transformação	1,2	13,2	48,0	439,7	256,3
Construção	11,4	70,7	97,3	245,0	194,6
Extrativa e SIUP ⁴	11,2	13,3	3,5	36,5	28,0
Serviços	520,2	533,8	-378,0	1.904,4	1.527,2
Total	546,4	644,1	-192,7	2.771,6	2.067,1
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,1	8,0
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,2	9,3
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
Balança Comercial	46,6	35,2	50,4	61,0	69,5
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	13,75
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁵	17,1	4,0	28,9	7,4	-7,7
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,15
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	0,8	-1,0
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,2	-6,5
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-7,5
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	57,3	62,3
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	80,3	83,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ Não considera a Construção Civil e o SIUP. ⁴ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁵ Variação em relação ao final do período anterior.

Informações sobre as atualizações das projeções:

- Atualizadas as projeções de inflação.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	67,5	-40,0
Indústria	2,8	0,2	-5,6	9,7	-1,4
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,1	0,5
Total	2,0	1,1	-6,8	10,4	-4,0
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	582,968	599,384
Em US\$ ⁴	125,108	122,282	93,107	108,059	114,249
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,7	1,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	47,5	34,7
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	42,9	27,7
Construção	0,9	-4,0	-0,3	5,3	7,5
Extrativa e SIUP ³	-0,2	0,0	0,0	-0,6	-0,5
Serviços	20,4	26,0	-42,9	89,7	67,2
Total	20,5	20,4	-42,6	141,0	103,8
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	8,1	5,7
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	6,3
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
Balança Comercial	9,8	6,9	6,5	9,4	9,6
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)					
	34,8	35,7	36,2	45,7	49,5
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	8,7	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	31,0	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	5,7	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,6	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	6,7	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	15,1	3,3
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	2,6	0,1	-4,8	12,8	1,7
Produção Física Industrial⁴ (% a.a.)					
	5,9	2,5	-5,5	8,8	1,0

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁴ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.